

## APRESENTAÇÃO

### *Políticas e práticas educativas a partir dos povos do campo*

Elizandro Mauricio Brick\*  
Danilo Seithi Kato\*\*

É com grande satisfação que apresentamos o dossiê “Políticas e práticas educativas a partir dos povos do campo”. Primeiramente, ressaltamos a importância do engajamento entre os editores, organizadores, avaliadores e autores na consolidação de um coletivo para pensar a Educação do Campo em suas características políticas, epistemológicas, ontológicas e pedagógicas. O esforço de trabalho contou com longos períodos de encontros, presenciais e virtuais, além de leitura cuidadosa para a organização e reflexão sobre o tema. Nós, organizadores, nos surpreendemos com a quantidade de artigos submetidos, cerca de cinco dezenas, os quais nos apontam o crescente número de intelectuais dedicados às questões da Educação do Campo no Brasil, o que pode ser compreendido, conforme sugere Molina (2015)<sup>1</sup>, como parte de um movimento de consolidação da Educação do Campo como área de produção de conhecimento, reflexo da expansão da Licenciatura em Educação do Campo a partir do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – Procampo.

A seleção dos trabalhos que compõem a obra buscou, da forma mais coerente possível, a composição de um grande argumento que, embora entre os trabalhos possa ser visto como diverso e divergente em alguns aspectos,

---

\* Docente da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordena o Laboratório de Novas Tecnologias (LANTEC) da UFSC e o projeto “Trajetórias Escolares: desigualdades e diversidades”. Membro da Sociedade Brasileira de Física (SBF) e da Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (ABRAPEC). Contato: elizandromb@gmail.com

\*\* Doutorado em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Docente da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Coordenador do Grupo de Estudo e Pesquisa em Interculturalidade e Educação em Ciências (GEPIC) da UFTM. Contato: katosdan@gmail.com

<sup>1</sup> MOLINA, M. Expansão das licenciaturas em Educação do Campo: desafios e potencialidades. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 145-166, jan./mar. 2015. Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n55/0101-4358-er-55-00145.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

tem o fio condutor anunciado pelo tema deste dossiê – “Políticas e práticas educativas a partir dos povos do campo”. Assim chegamos aos 20 artigos que aqui apresentamos.

Um segundo ponto importante da organização desta obra é que vivenciamos conjuntura de crises ameaçadoras, em suas mais variadas dimensões – ambiental, econômica, política e social – tanto no âmbito nacional quanto internacional. Este cenário apresenta-se como um grande desafio à manutenção de políticas públicas progressistas, que reconhecem o acesso à educação e cultura, aos recursos naturais, às tecnologias, aos bens de consumo e de produção como um direito do povo. Observando o ímpeto de desconstrução de políticas públicas dessa natureza, como as próprias Licenciaturas em Educação do Campo, bem como as pedagogias sociais e críticas na formação de professores, é urgente garantir espaço para o posicionamento da comunidade acadêmica sobre a importância dessas políticas para subsidiar os contrapontos que garantam os direitos conquistados a partir da luta da sociedade civil organizada por meio de fóruns, sindicatos e demais movimentos sociais populares. Assim, a precarização da Educação Básica e Superior, somada aos projetos neoliberais de erosão de direitos e retrocessos sociais, traz um contexto de questões agudas e urgentes a serem pensadas pela Educação Popular e concomitantemente pela Educação do Campo.

Aliás, a articulação teórica entre a Educação Popular e a Educação do Campo é um marco importante dos autores que escrevem para este dossiê. Os autores e as autoras trazem evidências às bases filosóficas e ontológicas que unem esses dois campos sob a óptica de um mesmo projeto de transformação social e emancipação dos sujeitos historicamente excluídos dos processos decisórios e de seus direitos civis. Além da historicização da origem da Educação do Campo no seio dos debates sobre a questão da luta pela terra, há também elementos teóricos e práticos evidenciando a associação entre movimentos sociais, reforma agrária e demandas sociais por identidades do campo que caracterizaram a consolidação dessa área acadêmica.

A premissa de que há uma angulação entre as assimetrias entre classes sociais, e os condicionantes políticos, econômicos e sociais, posiciona o

conjunto de autores deste dossiê em uma práxis motivada pelo desejo de mudanças das estruturas de poder historicamente consolidadas. Parece haver um consenso, apesar de diferentes constructos conceituais e aportes teóricos adotados pelos autores(as), de que há uma demanda fundamental por processos educativos contra-hegemônicos e políticas públicas que façam frente ao discurso colonial e capitalista. Estes, travestidos pelo cientificismo eurocêntrico, mantêm uma condição de desigualdades que violentam e desterritorializam os povos do campo.

Dessa forma, participar deste dossiê é, de alguma forma, fazer frente à conjuntura política atual que tem colocado em risco as conquistas de direitos pelos povos do Campo. Nesse sentido, este dossiê certamente promoveu um espaço de encontro, bem como esforços teórico-práticos para caracterizar e analisar potencialidades e desafios atuais para políticas e práticas produzidas no contexto da educação superior e básica do campo.

Organizamos as produções desde discussões teóricas mais gerais sobre as políticas e práticas em Educação do Campo, a partir de miradas teóricas em um esforço de articulação entre Educação Popular, movimentos sociais e Educação do Campo. Em seguida, vêm os trabalhos que, a partir de suas regionalidades, realizaram reflexões em um eixo local/global para fornecer reflexões importantes sobre as características políticas, epistemológicas e pedagógicas da referida temática. O último bloco de trabalhos tem o enfoque na discussão da formação de professores e discorrem sobre organização curricular, práticas pedagógicas, bem como instrumentos e estratégias que buscam dar vida aos princípios<sup>2</sup> da Educação do Campo, cuja síntese expressa em política de Estado é reafirmada com evidências de sua factibilidade.

O dossiê é apresentado, em sua abertura, por um diálogo entre Antônio Fernando Gouvêa da Silva – UFSCar, Demétrio Delizoicov – UFSC, Elizandro Maurício Brick – UFSC, Irene Alves Paiva – UFRN e Mônica Castagna Molina – UnB sobre a trajetória acadêmica e o perfil pessoal da professora Marta Maria Castanho Almeida Pernambuco, que nos deixou no primeiro semestre deste

---

<sup>2</sup> Os princípios da Educação do Campo são sintetizados no Decreto Nº 7.352, de 04 de Novembro de 2010 que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera.

ano. O objetivo principal foi evidenciar as contribuições fundamentais desta intelectual militante para o estabelecimento da Educação do Campo no Brasil. Além disso, a ideia foi substituir a seção da “entrevista”, deste periódico, por um resgate da memória da referida autora e de suas ações por meio do diálogo organizado por Elizandro Maurício Brick e Demétrio Delizoicov junto a intelectuais que conviveram com Marta ao longo de anos de trabalhos conjuntos pensando a Educação Popular e suas relações com o campesinato brasileiro.

O texto fruto dessa conversa foi a forma encontrada, não somente de homenagear a professora, mas também de ressaltar a relevância de sua produção tanto para o contexto acadêmico quanto para os movimentos sociais. O título desta produção é “A importância da práxis intelectual militante de Marta Pernambuco: destaques iniciais”, a qual certamente levará o(a) leitor(a) a conhecer melhor uma mulher que solidariamente acreditou no ser humano e nos processos educativos como forma de emancipação e transformação social. Nas palavras de Gouvêa, Marta construiu uma “militância prazerosa” como forma de viver. A militância dessa intelectual fornece indícios para apontar um novo momento da Educação do Campo, um momento de consolidação epistemológica, e ao mesmo tempo de instabilidade das políticas públicas diante da conjuntura global que se apresenta.

A partir de tais contradições anunciadas pela própria trajetória de vida e pelos estudos da professora Marta, o primeiro artigo apresentado no dossiê, escrito por Cloves Alexandre de Castro, discute a “Estrutura agrária e relações sociais no campo” sob a óptica da contradição entre as identidades do campo e o usufruto das “modernidades produzidas nas cidades”. Apresenta uma discussão mais geral sobre a estrutura fundiária brasileira, historicizando a origem dos latifúndios e da má distribuição de riquezas no país, bem como sua relação com a luta de classes no contexto da reforma agrária. O autor aponta a Educação do Campo como meio de consolidar uma pedagogia do movimento que esteja comprometida com a transformação social e diminuição do apagamento cultural e econômico dos povos do campo no cerne de um projeto colonial que atravessa os tempos.

O segundo artigo, assinado por Silvio Domingos Mendes da Silva, também retoma a estrutura fundiária brasileira, mas desta vez para definir a relação intrínseca entre identidades do campo e território. O texto tem o título “À guisa das questões de territorialidades na área da educação do campo” e discute, em uma visão panorâmica, a territorialidade como espaço sociocultural em disputa, e que a tomada de consciência das contradições que envolvem o território é condição fundamental para educação emancipatória. Assim, o autor apresenta condicionantes das territorialidades que sustentam os sujeitos do campo em suas comunidades ressaltando a importância de políticas públicas que reforcem a participação popular. Aposta, ainda, na Educação do Campo como forma de promoção da permanência e valorização da cultura camponesa no Brasil.

No mesmo sentido, o texto escrito por Ramofly Bicalho e Sebastiana Ferreira Bezerra, intitulado “A influência histórica dos movimentos sociais em favor das políticas públicas de Educação do Campo”, nos traz uma pesquisa documental sobre a importância dos movimentos sociais camponeses para a consolidação da política pública de Educação do Campo. A ênfase dos autores está na visão analítica dos documentos oficiais sobre o estabelecimento de diretrizes de formação de professores voltados à emancipação e à inserção de temas caros aos movimentos de luta pela terra, tais como formação política dos sujeitos, trabalho coletivo, valorização das histórias de vida, consciência social, educação popular e os saberes históricos de educadores, educandos e lideranças dos movimentos sociais. O alto índice de fechamento de escolas do campo é denunciado e problematizado no sentido de apontar lacunas para construção de uma escola do campo que valorize a cultura camponesa e a superação das relações de dominação que caracterizam a relação cidade/campo.

Ainda discutindo a importância dos movimentos sociais para a Educação do Campo, Acácia Barros Fernandes Dutra e Marta Maria Castanho Almeida Pernambuco assinam o artigo “Educação do campo, movimentos sociais e Pronera: reflexões”. As autoras evidenciam a origem da Educação do Campo nas perspectivas da Educação Popular e reforçam a importância de ações como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária/ Pronera para a

constituição da Educação do Campo como política pública articulada aos movimentos de luta pela terra. Para elas, o Pronera caracteriza-se como um marco teórico e metodológico para a atividade praxiológica da Educação do Campo, ressaltando a importância da produção coletiva frente às demandas de superação da concentração de terras a partir emancipação dos sujeitos com base nos pressupostos da dialogicidade dos diferentes saberes.

O sexto artigo do dossiê é intitulado “Lugares da Educação Popular: olhares (inter)relacionais entre Comunidades e Universidade” e escrito por Carlos Adriano da Silva Oliveira e Eliene Macedo Silva. As reflexões partem da sistematização da experiência com a formação de educadores e educadoras do campo no Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Os autores problematizam os espaços Universidade/Comunidade sob a óptica da Educação Popular, assim como discutiram-se territorialidades anteriormente, aqui o foco são os espaços como elementos ideológicos de saber-poder. Avaliam as possibilidades de, na alternância entre espaços e tempos escolares, constituir uma Educação que considere a realidade e as contradições dos sujeitos. Em outras palavras, analisam a experiência na perspectiva de discutir aspectos metodológicos de formação que desconstruam hierarquias de poder entre os saberes.

Na sequência, o sétimo artigo dá enfoque ao uso das tecnologias digitais por povos do campo. Na contramão de um estereótipo do campesino como arcaico, Adilson Cristiano Habowski, Elaine Conte e Hildegard Susana Jung apresentam suas “Reflexões acerca do uso das tecnologias digitais e as juventudes do campo”. Pautados na perspectiva teórica da hermenêutica adorniana, os autores discutem a superação da lógica colonialista preponderante a partir do acesso aos bens simbólicos e culturais mediados pelas tecnologias digitais. Assim, indicam que a apropriação e o uso de redes sociais, softwares e canais virtuais de comunicação como formas de promover o que chamam de “inovação emancipatória”.

Os três próximos artigos que compõem o dossiê partem de aspectos regionais para uma ampliação de discussões gerais caras à Educação do Campo, marcando a relação entre local/global como aposta de articulação entre pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Popular. Diogo

Marques Tafuri intitula seu texto como “Gente que veio da terra: experiências educativas vivenciadas na infância de roça por assentados da reforma agrária de São Carlos/SP”. O autor busca uma abordagem ontológica para os processos educativos vivenciados, no contexto histórico e social, dos trabalhadores do assentamento de Santa Helena, meio rural do município de São Carlos. Constrói o aporte teórico a partir dos processos educativos engendrados por práticas sociais, constituindo a práxis emancipadora envolvendo um *continuum* de intersubjetividade e interconhecimento.

Já o nono artigo, assinado por Daniele Cristina de Souza e Diógenes Valdanha Neto, tem como ponto de partida a região do chamado Triângulo Mineiro para abordar questões caras ao atual cenário da Educação do Campo nas Universidades brasileiras. Assim, apresentam um ensaio que discute o papel das Licenciaturas em Educação do Campo para a consolidação de uma Educação emancipadora preconizada nos movimentos sociais e, concomitantemente, marcam as contradições deste projeto educacional frente à conjuntura de precarização da Educação Superior.

Para finalizar a tríade de artigos que buscam as regionalidades para realizar reflexões teórico-práticas mais gerais sobre a Educação do Campo, apresentamos a produção de Denizart Fazio, intitulada “A fundação da escola família agrícola do sertão (Efase): ensaio a respeito dos sentidos da escola em um mundo em crise”. O autor relata a fundação da Escola Família Agrícola do Sertão (Efase) em meio ao conflituoso cenário de disputa pela terra e em condições de miséria e desigualdade do final dos anos 90 na caatinga brasileira. Parte da Filosofia da Educação como campo epistemológico para investigar a ruptura, da referida experiência, com o fluxo reprodutivo de relações de poder historicamente estabelecida nesta região.

O dossiê apresenta ainda um conjunto de nove trabalhos que se dedicam a discutir sobre formação de professores e Educação do Campo. O artigo de Elisandra Carneiro de Freitas Cardoso, Bruna Cardoso Cruz e Marilda Shuvartz discute as contribuições do estágio e da pedagogia da alternância para a formação de professores do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Goiás. O título do trabalho é “O estágio e a pedagogia da alternância: caminhos que se cruzam na formação do professor

do campo” e traz aspectos da pesquisa documental para debater as premissas da Educação do Campo, principalmente no que concerne à pedagogia da alternância, frente à demanda de formação de professores que estejam inseridos nas disputas políticas e que visa à emancipação do sujeito do campo.

O outro artigo deste bloco que tem enfoque na formação de professores elege o debate como estratégia formativa relevante na formação de professores do campo. Assinado por Ana Paula da Silva Freitas, o artigo “O debate como prática educativa na formação de professores do campo: performando espaços de reflexão sobre sistemas de conhecimento” apresenta a atividade de debate realizada por um turma da Licenciatura em Educação do Campo, habilitação em Ciências da Vida e da Natureza, durante as aulas sobre Modelos de Astronomia. A partir do prisma da Educação em Ciências, é discutida a experiência performática entre actantes humanos e não humanos desde uma perspectiva da teoria latouriana do Ator-Rede. Concluem que uma diversidade de saberes emergem e que podem simetricamente constituir a identidade da escola do campo, além disso a participação cidadã proporcionada pelo debate gera potenciais formativos importantes para a consolidação dos princípios da Educação do Campo.

O décimo quarto artigo discute a importância dos cadernos de realidade para a formação de professores do campo. Sandra Kretli da Silva propõe uma reflexão a partir de seu trabalho intitulado “Os cadernos da realidade dos alunos da LEDOC/UFES como agenciamentos coletivos de enunciação”. Ela apresenta resultados de uma pesquisa que objetivou investigar o uso dos cadernos de realidade por professores de alunos de uma Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Espírito Santo. Ela articula a relação entre o currículo e o uso dessa ferramenta pedagógica como agenciamento coletivo de enunciação, em outras palavras, anuncia o relevante potencial destes cadernos para criar espaços/tempo de pensar e significar o currículo pensado e praticado na Educação do Campo.

Dando sequência à discussão sobre formação de professores Luiz Fernando Mackedanz e Raquel Silveira da Silva marcam o dossiê com o artigo “Territórios existenciais da formação docente: expectativas e compreensões dos estudantes sobre o curso de licenciatura em educação do campo”. Os

autores elegem a perspectiva cartográfica dos territórios existenciais como proposta teórico-prática para investigar a percepção de licenciandos sobre o curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Os autores mapeiam as narrativas existenciais por meio de entrevistas com o intuito de valorizar as experiências do campesinato. Apontam que o uso dos territórios existenciais podem ser elementos importantes para a constituição identitária a partir das práticas formativas no contexto e nas especificidades da Educação do Campo.

As autoras Línlya Sachs e Larissa Gehrinh Borges assinam o artigo “Escolas itinerantes do Paraná: paisagem, latifúndio e complexos de estudo” trazendo para o bojo da discussão a proposta curricular das escolas itinerantes do Paraná, investigando se ela se efetiva em uma escola localizada em um distrito de Londrina, em especial em aulas de matemática. Fundamentadas na obra de Pistrak sobre as Escolas-Comuna organizadas em complexos de estudo, apontam a produção de alimentos como temática que perpassa aspectos da agroecologia e o uso de agrotóxicos. As autoras trazem reflexões sobre as contradições de implantação dos currículos das escolas itinerantes, sugerindo que a estrutura pedagógica tradicional das escolas precisa ser modificada para que dê vida aos pressupostos da Educação do Campo. Ao identificar as dificuldades de implantação dos complexos de estudos, as autoras sinalizam a necessidade de dar continuidade à investigação.

O artigo “Nós sem deus e sem água não é nada”: saberes e conquista na criação da reserva de desenvolvimento sustentável nascentes geraizeiras” produzido por Maria Lúcia de Oliveira Agostinho e Rodrigo dos Santos Crepalde coloca em pauta as ameaças socioambientais que assolam o norte do Estado de Minas Gerais. Investigando o processo de criação da unidade de conservação da reserva de desenvolvimento sustentável Nascentes Geraizeiras, buscaram os diferentes saberes mobilizados pelos sujeitos envolvidos no referido evento. Concluem que o entrelaçamento de saberes próprios da comunidade tradicional campesina revela aspectos próprio da relação ser humano e natureza em um contexto de diversidade cultural e que os conhecimentos tradicionais apresentam as noções de sustentabilidade. Indicam ainda que os aspectos da sociobiodiversidade emergem da própria

comunidade articulando diferentes saberes e que é necessário ouvir os povos do campo antes de instaurar políticas públicas que envolvem o ambiente.

Maria Carolina Machado Magnus parte do campo da matemática para discutir em seu artigo, “Modelagem matemática na educação do campo: visibilidade de saberes locais”, a possibilidade de entrelaçamento entre saberes populares e saberes formais matemáticos. Investiga os conhecimentos de uma agricultura do sul de Santa Catarina como forma de dar visibilidade ao pensamento matemático a partir da realidade do campo. Assim, aponta com base em sua fundamentação empírica, não somente os limites de compreender a educação escolar como único espaço de produção e reprodução de saberes, como também as diferentes racionalidades matemáticas que emergem de situações explicativas para aspectos culturais locais que envolvem as identidades de agricultores e agricultoras da região do estudo.

Em uma linha de trabalho semelhante ao artigo anterior, Francisco Fernandes Soares Neto, Junior Alberton, Diane Kulkamp e Karine Neckel discutem as potencialidade sobre os entrelaçamentos entre diferentes conhecimentos em uma perspectiva metodológica de ensino de ciências da natureza que valorize os saberes do campo. Assinam o artigo intitulado “Conhecimentos populares e escolares sobre processos de conservação de carne anteriores à eletricidade em Santa Rosa de Lima - SC”, e mobilizam a ideia de interculturalidade e dialogismo a partir do relato dos processos de conservação de carne na referida região, em um período anterior à chegada de energia elétrica, para posteriormente apontar o uso de conceitos científicos escolarizados como meios para compreensão dos fenômenos investigados, nomeadamente osmose e evaporação. Além disso, sinalizam que a contradição entre tecnologias e identidades camponesas podem ser levadas em conta nos processos formativos, indicando grande potencial do regime de alternância das Licenciaturas em Educação do Campo para promoção de uma formação em Ciências da Natureza que respeite e valorize os saberes locais e, a partir deste movimento, fomente a apropriação do conhecimento científico historicamente acumulado de forma contextualizada.

Por fim, observamos os avanços e aprofundamentos promovidos pelo conjunto de textos ressaltando não somente as experiências de Educação do

Campo nas mais diferentes regiões, mas também na perspectiva de valorização de territórios, culturas e saberes que caracterizam identidades do campesinato brasileiro. Assim, esperamos, enquanto organizadores, que esta obra possa contribuir para o amadurecimento intelectual num sentido contra-hegemônico e anticolonial ao promover discussões sobre experiências educativas que considerem e contribuam com a afirmação da diversidade natural e sociocultural das realidades do Campo. Desejamos uma leitura profícua e inspiradora para a continuidade deste diálogo.

